

OS NOVOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL NA REALIDADE SERGIPANA

Fernanda Enedina Silva Santos¹
Jéssica Monisy Dias Santos²
Luziene Aragão Resende³
Clara Angélica de Almeida Santos Bezerra⁴

Serviço Social



ISSN IMPRESSO 1980-1785
ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

O artigo objetivou analisar e discutir a discussão dos espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social, que cresce na medida em que há um acirramento na relação capital versus trabalho. Nessa perspectiva, irá expor a perspectiva histórica do Serviço Social, numa visão macro e micro. E ainda, abordar a relação de tensão entre o profissional com a "nova" questão social e a ruptura dessa categoria com o conservadorismo, consolidando-se com o Movimento de Reconceituação. Inclui-se no estudo, o Projeto Ético-Político e o Código de Ética.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Questão Social. Reconceituação. Espaços Sócio-Ocupacionais.

The article aims to analyze and discuss the discussion of socio-occupational spaces of social worker, which grows to the extent that there is a worsening in the relationship between capital and work. In this perspective, will expose the historical perspective of Social Work, a micro and macro view. And, addressing the relationship of tension between the professional and the "new" social question and disruption of this category with conservatism, consolidating with the Reconceptualization Movement. Included in the study, the Project Ethical-Political and the Code of Ethics.

KEYWORD

Social Work. Social Issue. Reconceptualization. Socio-Occupational Spaces.

1 INTRODUÇÃO

O tema os espaços sócio-ocupacionais do assistente social tende almejar o profissional de serviço social enquanto trabalhador assalariado, aprofundando-se em sua dimensão histórica, e como foco abordar a expansão dos novos campos de atuação em que o Assistente Social possa está inserido, dentro da atual conjuntura da realidade sergipana.

O objetivo do mesmo é expor o processo histórico de formação do Serviço Social e seus espaços sócio-ocupacionais no Estado de Sergipe. Para a construção do presente relatório foram utilizados os seguintes métodos: pesquisa bibliográfica, pesquisa descritiva, pesquisa qualitativa, e quantitativa.

2 PROCESSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL

De acordo com Estevão (2006), o surgimento do serviço social está enraizado na assistência prestada aos menos favorecidos por mulheres caridosas há alguns séculos atrás, sendo resultado da junção da cidade com a indústria. Na segunda metade do século XIX com a criação da sociedade capitalista e com a chegada dos burgueses ao poder, com receio que a classe menos favorecida rebelasse contra o Estado, a burguesia uniu-se com a Igreja para criar mecanismos e conter a população, de um lado o Estado ficando responsável pela "paz" e as Igrejas Católicas e Protestantes com o aspecto social. Deste modo, surgem as primeiras Damas de Caridade, que procuravam atender as necessidades dos mais pobres, prestando um trabalho de caráter filantrópico.

Em 1869 funda-se a sociedade de Organização da Caridade em Londres, um dos pontos chave para uma melhor organização na Assistência Social, onde os países mais desenvolvidos, também, adotam essa forma de sociedade, tendo o intuito de tornar-se uma profissão secularizada.

Em Amsterdã, surge em 1899 à primeira escola de Serviço Social no mundo, substituindo o religioso por uma explicação científica, passa-se então, a adotar a sociologia. Foi nessa conjuntura em que uma Assistente Social dos Estados Unidos, chamada Mary Richmond, em pleno século XX, decide escrever sobre o serviço social e sua função. É por meio do seu livro "Caso Social Individual", publicado em 1917, que ela aborda sobre a prática pro-

fissional, que dá o primeiro passo para institucionalização da profissão. Anos depois, surge o segundo método para o serviço social: o serviço social de grupo, e posteriormente com o crescimento urbano, emerge o terceiro método: serviço social de comunidade.

Conforme Iamamoto (2008), no Brasil o Serviço Social surge e amplia-se nos padrões do pensamento conservador, como um modo de pensar e de atuar na sociedade capitalista, além de articular-se ao conhecimento usado pela doutrina social da igreja e a influência europeia. O mesmo nasce com o processo de industrialização, juntamente com as primeiras damas de caridades que prestavam um trabalho assistencialista e filantrópico junto às igrejas, devido às consequências da industrialização, que acabou gerando uma enorme onda de pobreza e mazelas sociais nessa conjuntura.

Na década de 1930 o processo de urbanização brasileiro cresce, e junto às contradições da sociedade capitalista, o proletariado passa a organizar-se e faz aparecer as primeiras ações reivindicatórias, que conseqüentemente acaba gerando conflitos com a classe burguesa. É nessa conjuntura que o Estado apresenta-se para restabelecer a paz, aliado com a Igreja, e cria em 1932 o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), com o objetivo de contribuir para a divulgação dos princípios da ordem social cristã, e qualificar as jovens de família burguesa que participavam dos movimentos da igreja para realização da prática social.

Nessa mesma década, dar-se início à industrialização no País, que, por conseguinte ocasionou um período de maior desenvolvimento econômico no Brasil, que se refletiu na ampliação da renda per capita, dos salários reais e do consumo. Concomitantemente ocorreu o crescimento da taxa da população urbana, que por consequência da chegada das máquinas sentiram-se obrigadas a saírem da zona rural para irem à busca de emprego nas cidades. Entretanto, ao chegarem às cidades não havia trabalho para todos, e nem os trabalhadores estavam capacitados para adentrarem no mercado de trabalho, e essa centralização da população nas áreas urbanas trouxe consigo problemas de educação, habitação, saneamento básico, de infraestrutura, assistência, entre outros.

Assim que a industrialização crescia, avançava a concentração da renda, gerando uma ampliação das desigualdades sociais, crescendo as tensões nas relações de trabalho e agravando-se a questão social. Diante dessa nova realidade, as práticas filantrópicas eram desenvolvidas.

A Igreja Católica apresentou uma participação fundamental na abertura das duas primeiras escolas de Serviço Social, em 1936 a Escola de Serviço Social de São Paulo, e em 1938 a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, tornando-se, essas duas escolas, precursoras do Serviço Social no Brasil:

[...] 1936 Primeira escola de Serviço Social do Brasil. Foi criada a Escola de Serviço Social de São Paulo, primeira no Brasil, por iniciativa de Maria Kiehl e Albertina Ramos, formadas na Escola de Serviço Social de Bruxelas, dirigida pela pioneira na área Adèle de Loneux (VINCINI apud JUNQUEIRA, 1983, [n.p] p. 30-31).

De acordo com Junqueira (1983), o curso apresentava modo de formação técnica e, além disso, recebia intensa influência do pensamento neotomista, que prevalecia nos meios cristãos e que foi bastante utilizado pelas primeiras escolas da área. Os profissionais desempenhavam suas atividades fundamentadas em dogmas, ideias e princípios morais e religiosos.

Em meados dos anos 1940, o Estado dá início a abertura de espaço para a inserção de Assistentes Sociais no setor público, nesse período, as atividades sociais eram praticadas pelo setor privado, juntamente com a Igreja Católica. Sendo assim, as primeiras práticas do Assistente Social começam a surgir, executando as políticas sociais de Estado e dos setores empresariais como forma de enfrentamento da questão social emergente na situação do desenvolvimento urbano, apresentando o seu trabalho desenvolvido completamente, retrogrado para os interesses da classe dominante e de caráter assistencialista, “[...] a profissão se institucionaliza e se consolida, no Brasil, respondendo fundamentalmente aos interesses burgueses dessa sociedade” (IAMAMOTO, 1997, p. 25). Assim,

[...] amplia-se o mercado de trabalho para a profissão, permitindo o Serviço Social romper com suas origens confessionais e transformar-se numa atividade institucionalizada. Suas bases de legitimação são deslocadas para o Estado e para os setores empresariais da sociedade, ao mesmo tempo em que o assistente social se transforma numa típica categoria profissional assalariada (IAMAMOTO, 1997, p. 25).

E por fim, a profissão de Assistente Social no Brasil é regulamentada em 27 de agosto de 1957, com a sanção da Lei nº 3.252, que perdurou durante 36 anos, só vindo a ser substituída em 1993 pela Lei nº 8.662.

Nesse mesmo período, dá-se início ao surgimento dos movimentos operários no País, com assiduidade. Incidiam-se também os movimentos políticos contra a administração pública, avaliada como inábil, ineficiente e retrógrada.

Nessa conjuntura, Getúlio Vargas encontrava-se no poder, e ele temia que houvesse uma elevação e a exasperação desses movimentos, e passou a instituir diversas medidas de política social de modo preventivo, voltadas ao conceito de melhoria social e institucional, com a intenção de obter o apoio e a harmonia dos trabalhadores. E em meio a essa tensão, foi no governo de Vargas que os trabalhadores conquistaram a criação das leis trabalhistas, dentre outras conquistas como a criação dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio; da Educação e Saúde.

Assim, Getúlio Vargas conseguiu formar uma política de acordos e uniões em meio aos grupos predominantes, e as classes médias e os trabalhadores, que apoiavam a ideologia da “paz social”. E a questão social, que antes era tida como um assunto de polícia transpôs a ser analisada como uma questão de Estado. E assim, os profissionais do Serviço Social passam a ser inseridos nas instituições do Estado, vale ressaltar, que os mesmos desenvolviam o seu trabalho servindo aos interesses do Estado.

No Brasil, a crise dos padrões de acumulação capitalista sustentado pelo modelo desenvolvimentista na década de 1960 e a efervescência dos movimentos sociais de cunho político, fez com que a política social no Brasil ficasse no segundo plano, por conseguinte, esta situação representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social, que passou a incorporar o Movimento de Reconceitualização que estava ocorrendo na América Latina, no qual os profissionais dão início nos grandes seminários de teorização de Araxá em 1967 e Teresópolis em 1970, aos seus questionamentos sobre sua prática profissional neste panorama que apresenta novos desafios, frente à expansão do capitalismo no cenário mundial. Além disso,

[...] o movimento de reconceituação do Serviço Social – emergido na metade dos anos 1960 e prolongando-se por uma década – foi, na sua especificidade, um fenômeno tipicamente latino-americano. Dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideológicos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seus *modus operandi*. (IAMAMOTO, 2007, p. 205-206).

Os profissionais passam a buscar uma nova criação de um projeto profissional, que possa compreender as características das demandas locais e se contrapõe ao Serviço Social tradicional, procuram um comprometimento com a transformação social, além de procurar uma inovação na reestruturação da formação profissional, articulando a pesquisa, o ensino e a prática profissional, exigindo das Universidades uma formação mais crítica.

No entanto, Paulo Netto (1991) afirma que, no início do período do regime militar, o Serviço Social reforçou o seu “tradicionalismo”, na medida em que a ditadura buscou concomitantemente paralisar qualquer segmento profissional de caráter combativo ao regime atual, entretanto, foi nesse período que a ditadura promoveu à profissão uma expansão do mercado de trabalho e a materialização da sua formação profissional pelo meio da inclusão do curso de Serviço Social no nível universitário.

De acordo com Iamamoto (2008), é na década de 1970 que o Serviço Social brasileiro tem os primeiros contatos com o conceito marxista e começa a utilizar. O mesmo teve uma participação significativa na ruptura teórica e prática do Serviço Social conservador, que antes era influenciada pela doutrina religiosa. A categoria profissional recoloca a sua prática voltada aos interesses dos segmentos explorados e subalternizados da sociedade que compõem a base de sua clientela, recolocando, fundamentalmente, a perspectiva de transformação social, e que ganha força com a crise da ditadura militar. Igualmente,

[...] a Reconceituação põe na ordem do dia uma nova concepção de profissão na medida em que nega a prática meramente executiva, burocrática, subalterna e paliativa tão funcional à ordem burguesa, e desvela a dimensão política da intervenção profissional, a qual, a meu ver, contribuirá mais tarde e decisivamente para a renovação da autoimagem profissional, assentada na defesa dos direitos. Ou seja, pressuponho que é justamente nessa descoberta que se concentram os embriões de uma determinada prática profissional, que tentando romper com a perspectiva da ajuda e/ou do cuidado, afina-se com a defesa dos direitos e tende a gerar, por conseguinte, uma autoimagem profissional caracterizada por elementos radicalmente diferentes (ORTIZ, 2010, p. 170).

Nos anos 1980, mediante a falência da ditadura e do florescimento da democracia, a luta da categoria e as mobilizações de ações democráticas e populares, que foram reafirmadas por amplo período, ficam mais fortalecidas. De acordo com Netto, no seu texto “A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social”, a mobilização dos proletários urbanos, a volta de sua organização sindical; a tomada de consciência dos trabalhadores rurais, e a entrada de suas entidades representativas; de movimentos de característica popular, (exemplo: associações de moradores), trouxe requisição de intensas modificações políticas e sociais.

Segundo Ortiz (2010), é nesse contexto que o Serviço Social aperfeiçoa a sua intenção de ruptura com o Serviço Social conservador, junto à construção de um novo projeto profissional visivelmente ligado a um determinado projeto societário, oposto a opressão e discriminação de qualquer natureza, e com vistas à construção de uma nova sociedade, que transpôs e se materializa com a formalização do projeto ético-político do Serviço Social. A militância

político-profissional alcança a sua maturidade, evidenciada na organização sindical nacional dos assistentes sociais, na articulação com as lutas gerais dos trabalhadores e na inserção junto às demais entidades representativas da profissão; os eventos nacionais, gradativamente, revelam um contorno crítico e politizado. A produção marxista supera os equívocos das primeiras aproximações, o ethos profissional é auto-representado pela inserção do assistente social na divisão sócio-técnica do trabalho, como trabalhador assalariado e cidadão. A formação profissional recebe novos direcionamentos, passando a contar com um currículo explicitamente orientado para uma formação crítica e competente com as classes subalternas. Em 1986, o Código de Ética, praticamente igual desde 1948, é reelaborado, buscando-se garantir uma ética profissional objetivadora da nova moralidade profissional (ORTIZ, 2010, p. 168).

De acordo com Paulo Netto (2001), o combate contra a ditadura e a entrada da democracia política permitiu o advento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários distintos, que se afrontavam no movimento das classes sociais. As pretensões democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram congregadas e até avivadas pelas dianteiras do Serviço Social. Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, retumbavam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes. O Serviço Social aliou na sua formação, as matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo profissional, nela aplicaram-se claramente vertentes críticas, infundidas da tradição marxista, gerando um pluralismo que permitiu o encontro, do ponto de vista teórico e metodológico ligados com os projetos societários das massas trabalhadoras. Além disso,

[...] o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil se configurou em sua estrutura básica – e, qualificando-a como básica, queremos assinalar o seu caráter aberto: mantendo seus eixos fundamentais, ela é suficientemente flexível para, sem se descaracterizar, incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar novos desafios. [...] tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central. [...] este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. [...] ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. [...] considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (PAULO NETTO, 2001, p. 15-16)

Perante esse contexto, os profissionais buscam solidificar essas conquistas com a construção de um novo do Código de Ética Profissional, fundado em 1986, que inclusive não era um tema privilegiado, e o mesmo veio passar por um processo de revisão em 1993, por ter uma restrita carga de acumulação no seu terreno sobre reflexão crítica. Mesmo assim, ele significou um importante avanço da categoria, que o torna um marco na história do Serviço Social no Brasil, comemorado a anulação com o conservadorismo, e afirmando o comprometimento profissional com o povo brasileiro, em especial a classe trabalhadora.

De acordo com o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, aprovado em 15 de março de 1993, no fim dos anos oitenta os organismos profissionais estavam sentindo uma necessidade de revisão no Código de 1986. Pois, a categoria ansiava por uma discussão do código, com mais austeridade às sugestões dos princípios conquistados e plasmados naquele documento, tanto para compor mais adequadamente os seus parâmetros éticos quanto para consentir uma melhor instrumentalização deles na prática cotidiana do exercício profissional. A revisão decorreu, compatibilizada com o do texto de 1986, tendo sua compreensão de que a ética deve ter como apoio uma ontologia do ser social, que são os valores de determinações da prática social, resultante da atividade fundadora tipificada no processo de trabalho.

Todo trabalho desenvolvido por Assistentes Sociais, em todos os seus espaços sócio-ocupacionais, é baseado no Código de Ética do Serviço Social de 1993, pois, é ele quem norteia todo agir profissional. Tendo como princípios fundamentais:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

E em seu artigo 3º, diz que são deveres do Assistente Social:

- a. Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;
- b. Utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;
- c. Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- d. Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

3 QUESTÃO SOCIAL OBJETO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

A compreensão da questão social está enraizada na contradição capital versus trabalho, que se dá na forma de produção do modo capitalista. Contradição esta, constituída na maneira de produção de bens de consumo e a apropriação desses bens. A produção é realizada pelos trabalhadores (proletariado) de forma socializada, porém, a repartição do lucro não é universal, ficando somente com os donos dos meios de produção (burgueses). As disparidades que são provocadas pela a apropriação desigual do produto social que é permitido por um padrão econômico completamente excludente e desigual, são distintas, e dão origem ao surgimento das expressões da questão social que são: o desemprego; fome; violência; analfabetismo; pobreza; crianças pedindo esmolas, entregando anúncios nos semáforos, dentre outros.

Dentro deste viés Teles (1996, p. 85) afirma que:

[...]. a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação.

Dentro deste aspecto, a questão social constitui-se um elemento de estudo da sociedade, e nessa perspectiva temos como membro de análise as circunstâncias em que se depara a maior parte da população, que é aquela que só tem como garantir a sua sobrevivência pelo meio da comercialização de sua força de trabalho. Sendo que o objetivo primordial do modo de produção capitalista não é garantir qualidade de vida para toda população, e sim acumular capital; “a questão social expressa às desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais” (IAMAMOTO, 2010, p. 160), deste modo havendo a exclusão social. Além disso, Carvalho e Yamamoto (1983, p. 77) afirmam que:

A questão social não é senão as expressões do processo da formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu e conhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Nessa conjuntura, é plausível contextualizar a questão social não exclusivamente perante as desigualdades sociais, mas do mesmo modo diante da ação de resistência das lutas dos movimentos dos trabalhadores, em busca da garantia dos seus direitos. E dessa forma, Yamamoto (2000, p. 38) assegura que tais expressões da questão social, “vêm afetando não só os direitos sociais, mas o próprio direito a vida”.

Diante do que foi elucidado acima, sabe-se que as profissões só existem perante a necessidade da sociedade, e assim o Serviço Social passa a ser incorporado no mercado de trabalho, frente a um contexto histórico e em constante movimento para responder as demandas que surgem em consequência das múltiplas expressões da questão social, tornando-se seu objeto de trabalho. Do mesmo modo, nessa direção a questão social é assegurada como posto de trabalho por Yasbeck (1999, p. 91) “é a matéria-prima e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho e na construção atribuição da identidade da profissão”.

Tratando da questão social e o serviço social, não contraditória à concepção acima, temos a de Yamamoto, (1997, p. 14):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resiste se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou

deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...]... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.

Igualmente, essa argumentação é prestada por Guerra (2000), ao enfatizar que o início do serviço social como profissão aparece com a gravidade das expressões da questão social. O Serviço Social

sendo um trabalho, e como tal de natureza não liberal, tem nas questões sociais a base de sustentação da sua profissionalidade e sua intervenção se realiza pela mediação organizacional de instituições públicas, privadas ou entidades de cunho filantrópico (GUERRA, 2000, p. 18).

Como já exemplificado neste artigo, os profissionais de serviço social têm a sua formação vinculada à igreja católica e sua prática de caráter filantrópico, apresentando, também, os seus primeiros vínculos empregatícios junto a essas instituições, no entanto, é a partir dos anos 1940 que esses profissionais passam a serem absorvidos pelas instituições do Estado, para o enfrentamento da questão social, sendo introduzidos nos campos da saúde, jurídico, habitação, assistência e agricultura.

No que se refere à área judiciária o Serviço Social atendia os casos de abandono, maus-tratos e adoção de crianças e adolescentes, jovens e adultos infratores, dentre outros problemas. Na área da saúde, desenvolvia o seu trabalho nos centros de saúde, nos hospitais gerais, nas maternidades, nos hospitais pediátricos e psiquiátricos, nos centros de atendimento aos portadores de deficiência, nos centros de reabilitação e outros. Além disso, atuava na área habitação, na assistência e inclusive na área da agricultura.

Sendo assim, o Estado tornou-se o grande empregador desses profissionais, no entanto, os Assistentes Sociais passaram a ser introduzidos em outros espaços profissionais, como nas grandes organizações, as associações patronais que também empregavam um extenso número de Assistentes Sociais para agir junto aos trabalhadores da Indústria e do Comércio. Vale salientar, que nesta fase todos os trabalhos dos profissionais eram realizados para atender os interesses dos empregadores, a mesma perdurou por um bom tempo.

A categoria profissional apresenta uma expectativa de ruptura com o conservadorismo, na década de 1970, e “propõe colocar a profissão a serviço dos interesses dos explorados e dominados, buscando novos fundamentos, novos conteúdos e objetivos e novas bases de legitimação da ação profissional” (SILVA, 2007, p. 15). Essa proposta de ruptura com o conservadorismo concretiza-se nos anos 1990 com a criação do Código de Ética, e com o seu comprometimento com a classe trabalhadora.

No entanto, a prática e a inserção da atuação dos Assistentes Sociais no mercado de trabalho ganham mais espaço a partir do momento em que as expressões da questão social ficam mais em evidência, principalmente na relação trabalho versus capital.

De acordo com alguns autores como Rosanvallon e Castel, na contemporaneidade há uma “nova” questão social; eles compreendem que as metamorfoses no mundo do trabalho indicam o desligamento com a “velha” questão social, todavia, Alejandra Pastorini (2010) afirma, que isso dá a ideia de que a “antiga” questão social foi resolvida ou superada, e de fato não foi isso que ocorreu. Ou seja, as mudanças ocorridas são novas expressões sociais, decorridas da mesma questão social.

Para entender tais mudanças é preciso “levar em conta as profundas transformações societárias emergentes desde a década de 1970” (PAULO NETTO, 2010, p. 11). Além disso, nessa década ocorre a crise do petróleo nos EUA, aumentando drasticamente o seu valor e a inflação, ou seja, incidindo uma desregulação financeira, que conseqüentemente afetou outros países. Em decorrência do fato exposto, sucede uma reestruturação do capital, mudando assim as configurações no mundo do trabalho, o trabalho vivo passa a ser substituído, por conseguinte calhando uma alta taxa de desemprego, provocando contratações de mão de obra barata e um novo modo de produção:

A conseqüência mais evidente é o distanciamento pleno de qualquer alternativa para além do capital, à medida que se adota e postula uma ótica do mercado, da produtividade, das empresas, não levando em conta, com a devida seriedade, entre tantos outros elementos tão graves e prementes como, por exemplo, a questão do desemprego estrutural [...]. (ANTUNES, 2003, p. 40).

As novas configurações do mundo do trabalho têm o seu reflexo na flexibilização, desregulamentação, privatização, terceirização e na precarização do trabalho, uma vez que o indivíduo é um trabalhador informal, ele não é assegurado pelo Estado, ficando isento de diversos benefícios, como por exemplo, a seguridade social e a assistência médica. Ocorre, assim, uma “regressão nos seus direitos sociais, bem como uma ausência de proteção e expressão sindical” (ANTUNES, 1995, p. 44). De fato,

o chamado “mercado de trabalho” vem sendo radicalmente reestruturado - e todas as “inovações” levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da “informalidade” (PAULO NETTO, 2010, p. 12).

Isso confirma a fala de Iamamoto (2010), quando diz que essa desregulamentação é “iniciada na esfera financeira, invade paulatinamente o conjunto do mercado de trabalho e todo o tecido social”. Um dos grandes fatores, para essa nova realidade, é a nova proposta para este cenário, o neoliberalismo. O Estado agora é limitado a intervir, que para os pensadores neoliberais na compreensão de Pastorini (2010), afirma que “só com a existência de um Estado mínimo é que poderão ser protegidas tanto a igualdade de oportunidades, quanto a liberdade dos indivíduos”, ou seja, proposta é de que o mercado seja “livre”, e assim todos tenham a “liberdade” para a escolha, contudo, esquecem que nem todos os indivíduos têm oportunidades semelhantes.

O surgimento do novo modelo econômico neoliberal trouxe o fim do Estado de Bem-

168 | Estar Social no fim dos anos 1970, nos países onde o mesmo existiu. As principais características desse novo sistema são: a privatização da economia, na qual as empresas estatais são vendidas e passam a ser particulares alegando que os governantes administram mal; liberação do mercado é eliminada todas as leis que atrapalham os investimentos e o comércio; menos impostos, pois os empresários pagariam menos para ter capital disponível e deste modo investiriam mais e geriam empregos, (porém seriam um desculpa para defender os interesses da classe burguesa); corte nos gastos públicos, os neoliberais acreditam que o governo gasta de mais com políticas públicas e por tanto o governo deve gastar menos com saúde, educação e etc. Consequente nessa mesma década houve uma drástica redução para os gastos com a seguridade, iniciando dessa forma, um Estado mínimo para o social e máximo para o capital (PAULO NETTO, 1993), Não havendo um desenvolvimento social, somente um desenvolvimento econômico, causando uma “nova” configuração da esfera social. Na raiz

do atual perfil assumido pela questão social encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais. Estas são forças que capturam o Estado, as empresas nacionais, o conjunto das classes e grupos sociais que passam a assumir o ônus das exigências dos mercados (IAMAMOTO, 2010, p. 124).

Diante dos fatos mencionados, Yolanda Guerra (2010) afirma que nos dias atuais, o trabalhador tem o seu perfil moldado pela sociedade sob a égide do capital financeiro, a partir de então, é necessário à competência dos indivíduos para se ajustarem as essas transformações, e isso não é diferente para o Assistente Social. A autora ressalta que para esse profissional, seja ele como assalariado ou lidando com as políticas públicas, também, estão inseridos na precarização, possuindo tais dimensões:

Desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativas de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçado, entre outras (GUERRA, 2010, p. 719).

Tais profissionais são inseridos nesses pontos, a depender do seu espaço sócio-ocupacional, ressaltando que hoje o profissional do Serviço Social está ligado a diversos trabalhos ao mesmo tempo. Devendo, portanto, possuir as seguintes características: ser desespecializado, desregulamentado, polivalente e multifuncional (GUERRA, 2010), para que possa se adequar no emprego, ganhando o mesmo salário. Outra convergência é a terceirização do profissional disfarçada de uma forma de assessoramento, assim afirma Guerra, criando projetos, oferecendo serviços, viabilizando cursos, etc. Ela também ressalta a angústia do profissional pela quantidade de atribuições impostas a ele, ocorrendo uma queda na qualidade do seu serviço, e por diversas vezes gerando a competitividade. Estas variadas

modalidades de contratação dos seus serviços reduzem a capacidade dos profissionais de contraposição a essa lógica, de questionar os objetivos institucionais e de potencializar as contradições inerentes às relações sociais capitalistas (GUERRA, 2010, p. 720).

A conjuntura atual é caracterizada pelo crescimento desenfreado do capitalismo globalizado, aparado pelo sistema neoliberal, que tem provocado diversas mudanças no mundo do trabalho, como já foi mencionando. Alteração estas, que atinge todas as categorias profissionais; vale destacar a categoria debatida, a do Assistente Social. Nesse viés, ressalta-se a maneira de inserção desses profissionais no mercado de trabalho que passa por um processo de precarização nas suas formas de empregabilidade, que são os baixos salários, os contratos de trabalho temporários, o baixo número de vagas nos postos de trabalho, as terceirizações. Além disso, esse novo sistema dá valor a concorrência e o individualismo dos indivíduos; acende ao mesmo tempo o número de desemprego estrutural no país, provocando ainda mais a questão social.

O terceiro setor apresenta-se como um novo espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social. Ele emerge nos anos de 1970, para suprir as necessidades da sociedade, já que o Estado passa a ausentar-se, logo depois ele organiza-se e torna-se uma Filantropia Empresarial. Nesta conjuntura, é preciso que o Assistente Social reflita tais modificações, “compreendendo a ampliação do conceito de Estado e de sociedade civil e a própria condição de profissão que atua nessa mediação” (NÚBIA, 2007, p. 129). Assim,

dita “publicização” é, na verdade, a denominação ideológica dada à transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado “terceiro setor” [...] e ao repasse de recursos públicos para o âmbito privado. Isto é uma verdadeira privatização de serviços sociais e de parte dos fundos públicos. Esta estratégia de “publicização” orienta-se numa perspectiva, na verdade, desuniversalizante, contributivista e não constitutiva de direito das políticas sociais (MONTANO, 2002, p. 45-46).

Os conselhos deliberativos e partidários, que são instancias sociais, se tornam campo fértil para o Serviço Social. É comum a sua atuação principalmente nos conselhos de Assistência, lidando com o controle social, utilizando todo seu conhecimento sobre políticas sociais para a garantia dos direitos da população. De acordo com Ana Lígia Gomes (2000, [n.p.]):

O Assistente Social deve ser um socializador de informações, desvelando com competência técnico-política as questões, as propostas – suas potencialidades, suas armadilhas, seus objetivos. O conhecimento da legislação, o domínio da dinâmica orçamentária, da burocracia e dos processos da administração pública, sejam formais ou informais, são fundamentais para o exercício do controle social.

Vale ressaltar, que os profissionais de Serviço Social, estão inseridos na divisão social e técnica do trabalho na sociedade. Deste modo, é necessário “compreender a prática profissional na sua dimensão histórica, como uma prática em processo, em constante renovação [...], à medida que novas situações históricas se apresentam, a prática profissional é obrigada a se redefinir” (IAMAMOTO, 2002, p. 89).

Diante das mudanças que ocorre, o mercado de trabalho passa a exigir cada vez mais dos profissionais, o mesmo que no início na sua pratica eram apenas executores terminais de políticas sociais, agora passam também a formular, programar a gestão dessas políticas, frente às “novas” demandas.

De acordo com Yazbek (2009), o momento atual expõe “novas” formas da questão social, expressões estas que se apresentam através do acirramento da precarização das relações de trabalho, de tal modo surgem à matéria-prima de intervenção profissional dos assistentes sociais. Assim,

[...] destacamos a insegurança e vulnerabilidade do trabalho e a penalização dos trabalhadores, o desemprego, o achatamento salarial, o aumento da exploração do trabalho feminino, a desregulamentação geral dos mercados e outras tantas questões com as quais os assistentes sociais convivem cotidianamente: são questões de saúde pública, de violência, da droga, do trabalho da criança e do adolescente, da moradia na rua ou da casa precária e insalubre, da alimentação insuficiente, da ignorância, da fadiga, do envelhecimento sem recursos, etc. (YAZBEK, 2009, p. 16-17).

Diante dos dados empíricos realizados através de relatórios de estágios, pesquisa de campo, e TCCs na Universidade Tiradentes, ficou evidente que os profissionais de Serviço Social em Sergipe vêm galgando o seu espaço frente às demandas que surgem e da necessidade da intervenção dos profissionais, principalmente no que concerne a Assistência Social dentro do setor Público, tendo este setor a maior concentração de profissionais. Além disso, de acordo com os dados do texto “Trabalho e Mercado de Trabalho do Assistente Social: A Realidade do Setor Público Municipal e das Organizações Não Governamentais em Aracaju/SE”, o setor público municipal é a área com a maior incidência de atuação dos profissionais, principalmente referente a Seguridade Social que possui uma taxa de 44,4%, tendo ênfase a Saúde e a Assistência, que prevalece como uma das principais áreas de atuação do assistente social.

Ainda de acordo com o texto citado acima, há outras opções que compõem os espaços sócio-ocupacionais dos profissionais, que apresentou uma taxa de (25,9%) sendo esses inseridos nos setores do judiciário; urbanização; geração de renda; planejamento; assessoria de programas e projetos; família; turismo, esporte e cultura. No que corresponde às áreas de habitação e de criança e adolescente apresentou uma taxa de (11,1%) de profissionais inseridos neste espaço. No entanto, as áreas apresentaram baixos índices de profissionais inseridos foi a de recursos humanos com a taxa de (5,6%) e movimentos sociais com (1,9%).

Por meio da pesquisa, pode-se perceber a maneira de admissão dos profissionais no mercado de trabalho, que são por forma de contratos para atuarem junto a programas e projetos específicos, sendo na maioria das vezes por tempo determinado, o que vem mostrar a precarização da inserção do profissional no mercado de trabalho.

Diante dos fatos apresentados, percebe-se que o Serviço Social surge vinculado a um projeto sócio-assistencialista de caráter filantrópico e comprometido com a classe dominante (burguesia), e com suas ações desenvolvidas de forma paliativa. O processo de ruptura do Serviço Social com essa categoria foi um marco importante, pois, é neste momento que os profissionais passam a exercitar o seu pensamento crítico, e teve sua consolidação com do Projeto Ético-Político na década de 1990. Projeto este, que representou uma conquista para a categoria profissional, pois, o Serviço Social passa a comprometer-se com a classe trabalhadora e o Estado, a incorporar os profissionais nas suas diversas áreas para este intervindo nas expressões da questão social.

Vale lembrar, que o mercado de trabalho exige continuamente que os profissionais estejam capacitados e aptos para que possam intervir nas contradições que surgem nas relações do mundo do trabalho, frente ao desenvolvimento do capitalismo. Deste modo, as novas circunstâncias põem para a profissão, a obrigação de esses profissionais atualizarem-se, fazendo com que os mesmo redefiniam suas estratégias e métodos, adaptando-o as novas demandas e exigências do mercado de trabalho.

Cabe ressaltar, que as transformações das relações do mundo do trabalho no sistema capitalista, faz com que a forma de admissão desses profissionais no mercado de trabalho, seja ainda bastante precária, deixando os mesmos muitas vezes vulneráveis a perda de seus próprios direitos. Sendo um grande desafio para estes profissionais, que possuem um projeto ético - político comprometido com a classe trabalhadora, na luta pelos seus direitos, na defesa equidade, justiça social, junto à ampliação e consolidação da cidadania.

A GRANDE Inflação dos anos 1970. Disponível em: <http://www.clubeinvest.com/bolsa/show_futures_technical_analysis.php?id=669>. Acesso em: 11 nov. 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez-Unicamp, 1995.

ARANHA, Lúcia *et al.* Trabalho e mercado de trabalho do assistente social: a realidade do setor público municipal e das organizações não-governamentais em Aracaju/SE. **Revista da Fapese**, v. 2, n. 1, p. 71-84, jan./jun. 2006 Disponível em: <http://www.fapese.org.br/revista_fapese/v2n1-2006/artigo_04.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2012.

BAPTISTA, Myrian Veras. **A Questão Social como um desafio histórico do serviço social.** 2009. Disponível em:<http://www.jurassicos.com.br/leao_XIII/arquivos/surgimento_servico_social.pdf> Acesso em: 11 nov. 2013.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 79, 2004 (a).

BULLA, Leonia Capaverde. Relações Sociais e questão Social na trajetória histórica do Serviço Social Brasileiro. **Revista Virtual Textos e Contextos**, nº 2, dez. 2003.

EDNÉIA, Maria Machado. **Questão Social:** objeto do serviço social? Disponível: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_quest.htm>. Acesso em: 21 nov. 2012.

ESTEVIÃO, Ana Maria Ramos. **O que é serviço social.** São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos; 111).

GOMES, Ana Lígia. Os conselhos de políticas e de direitos. In: **Capacitação continuada para assistentes sociais**, Módulo 4. Brasília: NED/CEAD, Universidade de Brasília, 2000.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e welfare state: **Estado e desenvolvimento social no Brasil.** 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a03.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. **Serviço social, questão social e globalização:** aportes para o debate. 2005. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Simone_de_Jesus_Guimar%C3%A3es.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2012.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 62, Ano XX, Março 2000, p. 05-34.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In: **Serviço. Social e Sociedade.** Nº 104 São Paulo Oct./Dec. 2010

IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e serviço social no Brasil.** 17 ed. São Paulo, Cortez; CELATS, 2005.

_____; _____. **O serviço social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas.** Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

_____; _____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 15. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

_____; _____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____; _____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. **Serviço Social.** Direitos Sociais e Competências Profissionais. 2010. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/15556754/965251170/name/Texto_introdutorio_Marilda_Iamamoto.pdf>. Acesso em: 20 nov.2012.

JUNQUEIRA, Helena Iraci. Depoimento. In: **Serviço Social & Sociedade**, nº12, 1983.

MACHADO, Ednéia Maria. Questão social: objeto do serviço social?. **Serviço Social em Revista.** Publicação do Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. – Vol. 1, n. 1 (Jul./Dez. 1998)-. – Londrina : Ed. UEL, 1998-. v. : il. ; 21cm.

NAVARRO, V. **Produção e estado de bem-estar: o contexto político das reformas.** Revista Lua Nova, n. 28/29, p. 160-199, 1993.

PAULO NETTO, José. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção questões da nossa época ; n. 20)

_____. **A construção do projeto ético-político do serviço social, serviço social e saúde.** Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 2001.

_____. **Uma face contemporânea da barbárie.** I Encontro Internacional Civilização ou Barbárie.III. Serpa, 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010.

ORTIZ, Fátima Grave. **O serviço social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da auto imagem de seus agentes.** Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria questão social em debate.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época;) v. 17.

PIRES, Valdemir. Fetichismo na teoria marxista: um comentário. **Impulso.** Revista de Ciências Humanas e Sociais. UNIMEP, nº 22/23, 1999.

RESOLUÇÃO CFESS Nº 273/93 de 13 Março 1993. **Código de ética profissional dos assistentes sociais.** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_273-93.p>. Acesso em: 22 nov. 2012.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

174 | SILVA, Marlise Vinagre. Presidente do CFESS. **Código de ética profissional dos assistentes sociais.** Publicado no Diário Oficial da União nº 60, de 30.03.93, Seção I, páginas 4004 a 4007 e alterado pela Resolução CFESS nº 290, publicada no Diário Oficial da União de 11.02.94. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/codetica/codetica_brasil/aso-social.html>. Acesso em: 20 nov. 2013.

TELES, Vera da Silva. Questão social: afinal do que se trata? **São Paulo em Perspectiva**, vol. 10, nº 4, out-dez/1996. p. 85-95

YAZBEK, Maria Carmelita. **O serviço social como especialização do trabalho coletivo.** Capacitação em serviço social e política social: módulo 2: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, p. 89 – 99, 1999.

Recebido em: 1 de março de 2013

Avaliado em: 3 de julho de 2013

Aceito em: 5 de agosto de 2013

1 Acadêmica em Serviço Social pela Universidade Tiradentes (UNIT). Campus Propriá-SE. E-mail: nanda-ess@hotmail.com

2 Acadêmica em Serviço Social pela Universidade Tiradentes (UNIT). Campus Propriá-SE. E-mail: jessicamonisy17@hotmail.com

3 Acadêmica em Serviço Social da Universidade Tiradentes (UNIT). Campus Propriá-SE. E-mail: leka.00@hotmail.com

4 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (1994). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase na implantação do Sistema Único da Assistência Social; Professora substituta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe de 2007 a 2009. Especialista em Política Social pela Universidade Federal de Sergipe. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. Atualmente, professora da Universidade Tiradentes no Curso de Serviço Social. E-mail: clara.bezerra@gmail.com

Artigo elaborado a partir das atividades desenvolvidas na disciplina Processo de Trabalho e Serviço Social, do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes (UNIT).